

**SUBGERÊNCIA DE VISTORIA ESTRUTURAL  
EXPEDIENTE DE 24/01/2018**

02/195268/2014 - RUBENS ANTONIO BOLOGNA

**Cumpra as Exigências**

Atender de imediato o Laudo de Vistoria La m 778/14 AC referente à marquise pertencente ao imóvel situado na Rua Adolfo Bergamini, 337 e apresentar o Comunicado da AUTOVISTORIA.

02/187040/2018 - HOSPITAL SIRIO E LIBANES LTDA - ME

**Cumpra as Exigências**

Atender de imediato o Laudo de Vistoria La m 056/18 referente à marquise pertencente ao imóvel situado na Rua São Francisco Xavier, 453A e apresentar o Comunicado da AUTOVISTORIA.

02/004006/1993 - MARINA SILVA A/C JOAQUIM DO ESPIRITO SANTO

**Extraído o Auto de Infração 830006 no valor de R\$ 826,11**

02/004006/1993 - JOAQUIM TEIXEIRA DA SILVA

**Extraído o Auto de Infração 830004 no valor de R\$ 826,11**

02/003204/2010 - JAMIL NICOLAU KAYAT

**Extraído o Auto de Infração 827200 no valor de R\$ 826,11**

02/197229/2016 - BENTO GUEDES MAGALHAES

**Extraído o Auto de Infração 830010 no valor de R\$ 826,11**

02/004006/1993 - JOAQUIM TEIXEIRA DA SILVA

**Extraído o Auto de Infração 830005 no valor de R\$ 826,11**

02/003204/2010 - JAMIL NICOLAU KAYAT

**Extraído o Auto de Infração 830001 no valor de R\$ 826,11**

02/197236/2016 - ANTONIO FIGUEIREDO DE FRIAS

**Extraído o Auto de Infração 830003 no valor de R\$ 826,11**

02/197236/2016 - ANTONIO FIGUEIREDO DE FRIAS

**Extraído o Auto de Infração 830002 no valor de R\$ 826,11**

02/348536/1992 - ESPOLIO DE MANOEL DA SILVA ALVES DE MATTOS

**Extraído o Auto de Infração 830009 no valor de R\$ 826,11**

02/348536/1992 - ESPOLIO DE MANOEL DA SILVA ALVES DE MATTOS

**Extraído o Auto de Infração 830008 no valor de R\$ 826,11**

02/197229/2016 - BENTO GUEDES MAGALHAES

**Extraído o Auto de Infração 830011 no valor de R\$ 826,11**

02/004006/1993 - MARINA SILVA A/C JOAQUIM DO ESPIRITO SANTO

**Extraído o Auto de Infração 830007 no valor de R\$ 826,11**

**COORDENADORIA DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA  
EXPEDIENTE DE 22/01/2018**

02/05/000840/2017 - TERESINHA DE JESUS CORREA

**Passe-se Alvará**

**SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COORDENADORIA GERAL DE OBRAS  
EXPEDIENTE DE 25/01/2018**

**ÍNDICE DE DESEMPENHO MÉDIO MENSAL**

ÓRGÃO CORRDENADORIA GERAL DE OBRAS			MÊS / ANO 12/2017
ITEM	EMPRESAS CONTRATADAS	ÍNDICE	CONCEITO
1	IN.BRA CONSTRUTORA LTDA	2,03	Bom
2	CONSÓRCIO DYNATEST - TCDI (DYNATEST ENGENHARIA LTDA E TCDI CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA)	1,71	Bom
3	ELVIMA CONSTRUÇÕES LTDA	2,01	Bom
4	MONJARDIM CONSTRUÇÕES LTDA	1,93	Bom
5	D.A.S ENGENHARIA LTDA	2,00	Bom
6	F.P VIEIRA ENGENHARIA LTDA	1,73	Bom
7	GALCON CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA	1,96	Bom
8	SECONTER SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	1,72	Bom
9	GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA	2,20	Bom
10	DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA	2,95	Excelente
11	CONSÓRCIO TRANSBRASIL	1,76	Bom

\*Republicado por ter saído com incorreção no D.O nº 199 de 10/01/2018 às fls. 43.

**SECRETARIA DE CULTURA**

**COMUNICADO**

**ARENA DICRÓ FAZ PRÉ CARNAVAL GRATUITO COM SAMBA E FUNK**

A Arena Dicro encerra neste domingo o projeto Lá Fora de Verão com uma programação que vai agradar à família inteira. O evento é gratuito e começa às 14h com o Bloco Apafunk levando clássicos e hits dos bailes.

A Cia Passinho Carioca também vai participar com seus dançarinos e MCs. O funk não vai ficar de fora e marca presença na aula inaugural da Universidade da Ousadia, iniciativa do grupo Afrofunk Rio, que aproxima o funk das raízes africanas através do corpo feminino.

E vai ter novidade: o estreade bloco Que Pena Amor, que toca músicas do Raça Negra em ritmo de samba, marchinha e xote. Os fãs do samba poderão acompanhar ainda a apresentação do grupo Encontro pra Batar, com clássicos de Jorge Aragão, Zeca Pagodinho e Fundo de Quintal.

A Arena Carioca Dicro fica na Rua Flora Lobo s/n, Parque Ary Barroso, na Penha Circular.

**CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA**

**ATA**

Aos vinte e cinco de outubro de dois mil e dezessete, às 17h e 40 minutos iniciou-se no Centro Municipal de Artes Calouste Gulbenkian, da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Cultura – CMC – com as presenças do Vice – Presidente Teófilo de Lima, dos conselheiros titulares e suplentes da Sociedade Civil e do Poder Público. A condução da reunião foi feita pelo Vice-Presidente. Foi dado início a reunião com informe e aprovação da ata anterior pelos conselheiros. Aprovada a ata por todos os conselheiros, a conselheira Isabel Gomide informa sobre a data de reunião no dia 07 de novembro de 2017, 3ª feira, às 10h na Câmara Municipal sobre audiência pública do orçamento público da Cultura. O conselheiro José Marconi Marques de Andrade e a conselheira Isabel Gomide consignam em ata a decepção pelo não comparecimento da Presidente Nilcemar Nogueira tendo em vista, ser a quinta reunião que não comparece. A conselheira Isabel Gomide diz ser inadmissível que em uma reunião ontem na Câmara dos Vereadores a Secretária diz que valoriza o conselho e decide tudo a partir de consulta ao conselho e ela, Isabel, não foi consultada em nenhum momento, isso não é dar valor. O Conselheiro Teo Lima pergunta quais questões que estão sendo decididas e a Conselheira Isabel informa que é sobre o orçamento da cultura, e faz constar em ata que a Secretária fala uma coisa e dentro do Conselho diz outra. O Vice presidente Teo começa a discursar sobre segundo ponto da reunião: o encaminhamento da pauta da reunião que trata do patrimônio histórico cultural carioca. O conselheiro Claudio Mello diz estar preocupado com o abandono do patrimônio histórico cultural e diz angustiado de passar pelo centro do Rio de Janeiro e ver igrejas, monumentos em estado precário, desabando. Faz denúncia pelas redes sociais, ao Ministério Público e nada acontece, e o tempo passa, e por estar dentro do poder público municipal, a ansiedade cresce porque gostaria de contribuir de alguma forma, antes da findar Gestão do Conselho, em 2018. Os Conselheiros José Marconi e Olívio Gomes, dividem essa fala com ele. Observa que o patrimônio está abandonado há muito tempo pela falta de vontade de adotar uma política patrimonial das esferas federal, estadual e municipal. Agradece a presença do diretor do INEPAC, cita o abandono do convento do carmo com suas paredes pichadas e que o Estado nada fez, também questiona a autorização de um evento na Praça 15 sem o devido cálculo de número de pessoas o qual gerou uma degradação no local com paredes e árvores pichadas e pessoas penduradas nos monumentos, sugere que faça em locais mais apropriados como sambódromo, arcos da lapa. Cita outro evento que ocorreu na Praça Paris, o qual teve intervenção do Ministério Público quanto a preservação dos monumentos da Praça recém restaurada. Sugere que faça um planejamento com coerência para adequação do tipo de evento ao local, de preferência que não tenha nenhum monumento importante e histórico para cidade. O conselheiro Marconi cita desfile que acontece na Rússia com 4 horas de duração e um público de mais de dois milhões de pessoas e não jogam papel na rua e demonstrando o orgulho que eles têm pelo patrimônio, não sendo o caso do Brasil, que contribui pela destruição do nosso patrimônio provocada pela população de rua e que também é pela prefeitura que não faz manutenção nos monumentos de sua responsabilidade. Citou livro lançado pela Prefeitura com todos os monumentos e mostra alguns com defeito ou vandalizados. Cita uma reunião com a Secretaria de Conservação, com a Diretora de Monumentos e Chafariz, e informa que todos os contratos foram anulados ou suspensos e que até o final do ano não tem dinheiro para fazer manutenção e restauração de nenhum monumento, a única coisa feita foi consertar uma grade no monumento do Marechal Deodoro, que não adianta nada pois a população de rua pula e faz fogueira. Não existe um monumento na cidade que não tem nenhuma pichação, tanto do Município quanto Estadual, cita que o Barão do Rio Branco não está deteriorado. Solicita que a prefeitura faça uma manutenção no monumento da Ana Nerí, em frente a Cruz Vermelha, que o retire do local e o coloque no meio da praça, pois o mesmo viu um mictório da população de rua. Adentra neste momento na sala de reunião a representante da Riotur, Katia Machado. Cita o monumento da

General Osório, fotografou diariamente durante um mês sua destruição e só parou quando conseguiu uma filmagem no Rj Tv e que guardou parte do monumento dentro do paço imperial e denunciou a prefeitura, que tomou providências colocando uma câmara e pegou quem estava destruindo, qualquer parte que vier a ser colocada não terá o mesmo valor pois o monumento foi feito com canhões da Guerra do Paraguai. Acontece a mesma coisa com o monumento do largo de São Francisco, do José Bonifácio, todo dia tem um pedaço a menos deixando uma angustia ao conselheiro, pois ninguém faz nada. Finalizou sua fala dizendo que um grupo de franceses adorou o monumento de Dom Pedro na Praça Tiradentes e nenhum brasileiro faz o mesmo. Denunciou sobre a falta de uma lança no monumento que estava em um antiquário e que foi vendida para São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro está abandonada. O Conselheiro Claudio Prado denunciou a Polícia Federal do Rio de Janeiro, a Polícia Federal em Brasília, diretor Geral Renato Arruda, procuradores do MP federal e ninguém respondeu, também a falta de uma parte de um monumento folheada a ouro da Fazenda Columbandê que foi oferecida ao mercado de antiquário e vendida, e nada foi feito. Convidado pelo vice-presidente Teo Lima, Dr. Marcos Monteiro, diretor geral da INEPAC, e presidente do conselho estadual de tombamento, destaca a presença do subsecretário estadual de cultura Aldo Mussi, e diz atuar e ter conhecimento na área de patrimônio há um tempo. Disse bater de frente a interesses de diversas pessoas e recebe críticas de todo lado, devido a demandas de toda ordem. Fala que o INEPAC surgiu em 1966 antes da ditadura, e agora mudou o conceito de preservação do patrimônio cultural no país. Diz que o IPHAN comemorou o tombamento da ladeira da misericórdia, mas foi o INEPAC que tombou primeiro em 1965, mas não foi divulgado, e diz precisar dar visibilidade aos órgãos de patrimônio, diz estar do mesmo lado do conselho e da militância cultural. Diz que os interessados querem aniquilar os órgãos de patrimônio. Diz que o INEPAC sequer possui um veículo para cuidar de mais de 3 mil bens tombados no Estado do Rio. Cita o discurso da Presidente do Iphan falando que existe 648 funcionários na instituição e que mais de 400 irão se aposentar ano que vem, e não tem previsão de concurso, o que poderá gerar o fim da instituição de patrimônio. Após o retorno em março deste ano de sua gestão Dr. Marcos exigiu carta branca para gerir o INEPAC, havendo um desgaste com os interesses dos deputados, vereadores, inclusive cita desentendimento com o prefeito, pois transformaram o gradil do Campo de Santana (Praça da República) em varal, e após sair notícia no jornal "O Globo" rapidamente retiraram, precisa é ordenar e organizar. Fala que o patrimônio existe em função das pessoas e que cabe aos diretores é cuidar não só os tombados por ele seja estadual ou municipal e que existe outros órgãos para cuidar das pessoas. Solicita uma estratégia na defesa e proteção ao patrimônio cultural. Enfatiza que não pode autorizar a liberação de usar qualquer objeto, cita o Cristo pela arquidiocese e o mundo do Rock in Rio, no patrimônio público para ninguém, nem para rico, nem para pobre, e que isso gera um desgaste e que precisa manter a união entre os órgãos de proteção ao patrimônio. Em última fala disse que acompanha os leilões de arte e só acredita no trabalho de patrimônio quem tem paixão pela arte, e que verificou num encarte de leilão, obras de arte que foram roubadas da Igreja do Pilar de Duque de Caxias, e que após ser certificado de que era original, foi devolvido ao patrimônio da Igreja, fora outros bens recuperados pelo órgão e enfatiza a união e que o INEPAC está de portas abertas para receber as pessoas e discutir qualquer caso referente a patrimônio, está lado a lado com a sociedade. Com a palavra o representante do IRPH André Zambeli, enfatiza que o patrimônio não é isolado da sociedade, e quando abre mão de algum patrimônio é sempre por um interesse público na questão. Em relação ao Município opera-se com área de proteção com APAC, existe abandono nas áreas e quem maltrata é a própria população, como tratar, gasta-se um milhão para limpar, mas depois está sujo novamente, a questão não está em limpar os bens em uma base que depende de decisões que estão acima da secretaria, cita o exemplo da multa para quem joga papel no chão, cita a educação com o patrimônio público, enfatiza que precisa colocar no governo pessoas que tem mais responsabilidades na secretaria de educação e na cultura, caso contrário vai ficar enguando pelo por mais 25/40 anos, precisa trilhar um caminho para mudar, outra questão é criar políticas para tirar do abandono o patrimônio público, e trabalham para recuperar e reintegrar essas edificações para a sociedade, bem como os chafariz, a rua, obrigando os comerciantes a conservarem seu local, cita um programa com um chamamento público para transferir para o particular esses imóveis próprios que estão em mal estado de conservação, para eles cuidarem, restaurar e devolver para a sociedade, uma política para ser pensada daqui a 10 anos, diz que começou ano passado, estudando o que não deu certo e de que forma seja mais interessante para trazer mais interessados, ser uma política mais eficiente porque o resultado não foi o esperado, ofereceu 20 imóveis, mas somente um foi ocupado, a procuradoria deu parecer contrário, a IRPH secretaria de patrimônio foi desfavorável, discute novamente, não tinha orçamento, e hoje esta revendo esses posicionamentos, fala da legislação que não é fácil de se lidar sobre o patrimônio público que precisa ser recuperado, fora isso tem o patrimônio privado que tem dívida com IPTU, o proprietário não consegue pagar e nem a prefeitura não consegue leiloar, tem um estudo com a procuradoria para tentar resolver isso. Explica que tem o dia a dia do patrimônio do município, que faz parte do circuito de aprovação de projetos, de reformas e recuperação de imóveis privados, e necessita de orientação do IRPH, além de áreas públicas que precisam dessa atenção, nos casos privados os recursos são privados, mas quando é no logradouro público, na praça, rua, é recurso público. A terceira questão é como gerar receita para fazer manutenção

desses lugares, ou investimento desses projetos, cita o Cais do Valongo de como rentabilizar uma janela arqueológica, a melhor maneira é divulgar, trazer pessoas para o local, criar um circuito de sinalização para as pessoas que estão pelo Boulevard Olímpico cheguem até lá, e as pessoas conhecendo ou ouvindo falar, vão trazer estudantes, estrangeiros para conhecer, o público está se deslocando, está comprando passagem, se hospedando, está comendo em algum lugar, pagam o ônibus, gerando economia para a cidade, sem cobrar ingresso, mas pensar o monumento inserido na cidade para gerar economia, um caminho para rentabilizar e arrecadar recurso para o município, e a divisão dos recursos ter uma fatia melhor, e pensar em como gerar renda e receber recursos através de fundo de patrimônio que não temos, existe uma carência grande de um lado como proteger, como faz o tombamento, registro material ou imaterial, outro lado é a conservação como ter políticas de conservação, o que falta é um terceiro fator que é o recurso, como gerar, cita o valor percentual de uma compra que é feita em Bonito vai para repor uma parte do dano ambiental do local, o que temos aqui é a renúncia fiscal, um desvio do recurso que deveria entrar no tesouro e vai para determinado bem cultural. Cita que em Quito, a possibilidade de fazer aporte diretamente no patrimônio, não possuímos empresários com mentalidade mais moderna, que se orgulha da cidade e que queira adotar um patrimônio, eu não quero fazer uma renúncia fiscal. Cita que vem trabalhando para melhorar o abandono do patrimônio, e diz ser sensível aos eventos, em que local estão acontecendo para ser levado em conta o prejuízo dos locais, e caso aconteça seja ressarcido em contrato, não basta só explorar a cidade. É preciso criar uma rentabilidade para ter um fundo e ser convertido em política de recuperação e conservação dos monumentos da cidade. Reintera portas abertas para resolver questões e tenta entender a acessibilidade dos patrimônios e dos monumentos. Alega que se tentou fazer um licenciamento de eventos de uma forma fácil, pela internet, excluindo os órgãos de patrimônio, mas não pode ser em determinadas áreas, e que não se repita mais. Com a palavra o conselheiro Claudio Prado acusa a presença do assessor da Secretaria Municipal de Cultura, Eduardo Nascimento, ele fala sobre a proibição do Prefeito Crivella sobre uma roda de samba e foi feita uma reunião entre secretário Andre Lazaroni e a secretaria Nilcemar, a polícia militar impediu o evento e criou o ensejo de formar distritos culturais, e que será anunciado brevemente, criar áreas para determinados eventos possam ser celebrados, cita que o Cais do Valongo não é local de fazer eventos, é um local de dor, uma vez que ele foi reconhecido pela Unesco como patrimônio da humanidade em virtude da cultura africana no local. Cita que a Prefeitura tem que fornecer policiamento, fiscalização, a COMLURB tem que ser acionada para limpar a área para o local ficar agradável depois do evento autorizado, pois no dia seguinte tem os turistas visitando o local. Fala que a prioridade de atendimento surge a partir do clamor social das demandas. Com a palavra o conselheiro Leonardo Amatuzzi, percebe a falta de envolvimento entre as pessoas e o patrimônio cultural na cidade, cita que no período de carnaval houve uma tentativa de um bloco de proteção do patrimônio indo para o museu do índio no maracanã, e não aconteceu deterioração pois elas estavam ocupando o patrimônio, sugere uma educação nas escolas sobre o patrimônio, educação patrimonial, trazer a discussão para as escolas, cita o IAB (instituto de arqueologia brasileira) que faz isso, qualificando as crianças e os professores sobre noções de educação patrimonial, pede mais participação das instituições de patrimônio para essa lógica, pontes nas escolas para envolver a população com o patrimônio para ser preservado, para o Rio de Janeiro ser pensado para as pessoas a partir do seu patrimônio. A cidade será rentável se o patrimônio for preservado, as pessoas precisam vivenciar o espaço. Dr. Marcos Monteiro, INEPAC, diz que a educação patrimonial já foi elaborada em projetos anteriores, mas a dificuldade era fazer com que as escolas públicas e os professores apoiassem a ideia, sendo que a própria secretaria estadual de educação não levou adiante, devido a falta de parceria entre os órgãos e a falta de recurso para locomoção dos alunos. O Conselheiro Leonardo volta a falar dizendo que há dificuldade em colocar o ensino patrimonial nas escolas, mas não há dificuldade em ter o ensino religioso. Conselheira Isabel fala que estudou em escola pública na época da ditadura, em 1964 e tinha ônibus para levar as crianças à fábrica da Kibon, diz que tem que haver prioridade nos passeios escolares. Foi ao evento do MIMO e que não tinha entrado na Praça Paris e que a mesma estava linda, outro evento chamado "o passeio é público", junta arte com cultura, que precisa de fiscalização no evento, contrapartida dos produtores, qual tipo de atividade cultural vai ser, diz que as atividades são proibidas pela polícia militar, a cultura da cidade leva luz e segurança aos lugares. O Conselheiro Aldo Mussi, subsecretaria de cultura do Estado, suplente do André Lazaroni, diz estar a disposição dos conselheiros e pretende vir aos próximos conselhos, deixa uns livretos com a Lei 7035/2015 – sistema estadual de cultura, e diz estar lançando o POC – programa de ocupação cultural do estado do Rio de Janeiro para prédios ociosos do Estado, diz que haverá um edital, diz estar com reunião marcada com o grupo da região metropolitana para o dia 08/11 na rádio roquete pinto, para identificar os próprios estaduais para ocupação conjunta do Estado, Municípios ou instituições organizadas, deixa também o manual de inscrição para a lei de incentivo a cultura – ICMS, pede desculpas pois irá se ausentar devido a outras reuniões já marcadas. Com a palavra a conselheira Ana Kareninha, diz ser ponto chave a questão da educação patrimonial, e que trabalha em uma companhia de formação de público e que leva cerca de 300/500 alunos por dia em ônibus fretados para espetáculos no armazém 6 no Boulevard Olímpico através de financiamento de ônibus, e percebeu que os professores se esforçaram para tentar levar os alunos e não con-

seguiram por questões financeiras, há um entendimento que isso é uma função do professor e não uma questão a mais, a educação patrimonial é educação sobre história, sociologia, geografia, é interdisciplinar. Precisa ter ligação entre os órgãos de patrimônio e a secretaria de educação para entender que a preservação não é só consertar e sim evitar o dano, porém tem que ter fiscalização com a guarda municipal, polícia militar por questões de segurança pessoal e patrimonial. E responsabilização por danos no patrimônio para os produtores, sugere ligação dos órgãos de preservação com o Rianfe, órgão da prefeitura que fiscaliza e autoriza os eventos, com o conselho municipal de cultura para propor aos produtores qual será o tipo de contrapartida necessária para cidade. Cita o passeio público em não ser integrado a sociedade, pois são colocados como monumento à parte que devem ser tão preservados que a sociedade não deve tocar e interagir, e o sentimento de pertencimento acaba não existindo, se isola o monumento da sociedade ela interpreta como não sendo dela e acaba não possuindo o sentimento de pertencimento, cita que a educação patrimonial deva ser comprometido e de responsabilidade para os produtores culturais também. Fala sobre produzir uma apostila on line para que os produtores saibam que tipo de responsabilidade e de cuidado extra para cada tipo de evento o local deve ter para sua conservação e preservação patrimonial. Com a palavra a conselheira Carla Pinheiro Wendling, cita que as secretarias de educação e cultura poderiam conversar para fazer projetos políticos pedagógicos para as escolas, cita projetos de guarda municipal extra na zona sul que associa isso ao turismo, questão intencional de um olhar para determinadas áreas, zona sul como se o restante do Rio de Janeiro fosse um apêndice, somente quando pode, quando quer, não existe um olhar específico para áreas diferentes, entende a preocupação do conselheiro Marconi com a conservação do passeio público, os órgãos fiscalizadores tem que ter um cuidado para escolha do local de determinados eventos, adaptar o tipo de evento a um local adequado, no sentido de que o local suporte. Com a palavra o ouvinte Waldemar, diz ser profissional do turismo, em relação a questão do patrimônio, quando pensa em Rio de Janeiro temos que pensar na história do Brasil, alguns locais do patrimônio são pertencentes ao povo brasileiro e a humanidade, em relação ao passeio, cita o arquiteto Mestre Valentim pela sua importância, que poucos conhecem, e diz que não há projeto de conscientização turística dos cariocas, para que o próprio carioca conheça sua cidade e respeite seu patrimônio, e como também dentro das escolas. Precisa fazer um estudo aprofundado e aprimorar sobre o patrimônio, cita Réveillon em Copacabana em que danifica o calçadão, que é um patrimônio tombado, tem que haver uma preservação e que o poder público tem que ser responsabilizado e a sociedade também, cita as denúncias feitas pelos conselheiros, mas o poder público não dá continuidade. Sugere que as pessoas que estão desempregadas façam um curso de qualificação em restauração de patrimônio, pois os arquitetos precisam de mão de obra técnica, o menor em vulnerabilidade poderia trabalhar como um contra regra no Teatro Carlos Gomes, por exemplo, levar os jovens para esses locais, o que falta é o investimento na economia da indústria criativa, pensa que o Rio de Janeiro só vai se recuperar dessa crise com o turismo e com indústria criativa. Preocupa-se com o fim do curso de turismo na escola pública Prado Junior, na Tijuca, pois o Estado não tem dinheiro, outras instituições como o Museu Histórico Nacional, dizendo que toda verba pra cultura é pouca e diz que precisa usar educação junto com conscientização, os eventos na praça precisam de um estudo de dado demográfico para não abalar a estrutura do patrimônio no local. Com a palavra Vera Mangas, representante do Ministério da Cultura, dizendo que a prefeitura tem um trabalho de qualidade na área de patrimônio, os museus tem área de educação patrimonial, tem um programa da escola do olhar, há avanços na educação patrimonial, lança proposta de elaborar a rede municipal pública, para ano que vem já que comemora 200 anos do Museu Nacional no Brasil, sugere realizar algum projeto no Museu para criar uma agenda positiva de comemoração, lançar um projeto conjunto de educação nas escolas do Município unindo as 3 esferas do governo, criar uma lei de incentivo pois a grande dificuldade dos professores em levar os alunos é o transporte. Cita o projeto palco sob rodas que deu certo na época. Com a palavra ouvinte Francisco Ramalho, o povo não se identifica pelos monumentos públicos, é algo que oprime, e não com aquilo que liberta, devido ao período da ditadura, e não como algo que identifica como marco da cidadania, e sim desconstruções. Cita que a política na época da copa do mundo e olimpíada em relação aos armazéns da zona portuária da época do Rodrigues Alves, foi arrasadora pois derrubaram os armazéns antigos. Não adianta fazer compêndios sobre o assunto, cita que tem 3 filmes da época do Estado Novo, que foram doados, mostrando o Rio de Janeiro à época como cidade turística e ele quer divulgar, doar, distribuir, filmado na época pelo DIP. Sugere fazer um cinema cultural, e cita que o Rio de Janeiro tem um maior patrimônio de estátua francesa do Valdoni, e não é divulgado pelo catálogo turístico. Cita que em Santa Teresa estão trocando os postes antigos para os mais modernos. Sugere fazer sistemas de parceria com as associações de moradores para manter os monumentos. Com a palavra a ouvinte Karen Barros, do Instituto Histórico Geográfico da Baixada de Irajá, do Movimento Cine Vaz Lobo, historiadora, traz ao conhecimento que no bairro de Campinho tem as ruínas do Forte Nossa Senhora da Glória de 1822, que a empresa W Torre comprou o terreno do local, como foi feito esse processo de venda e espaço está abandonado, pois iria construir um condomínio o qual foi embargado, o forte não é tombado e pede importância nas memórias da sociedade e no processo histórico da comunidade, pois se não é reconhecido como patrimônio não tem importância histórica. Com a palavra a ouvinte Pituka Nirobe, trabalha valori-

zando o ser humano, luta pela continuidade da política, diz que tem que conhecer o local onde vive, cita o projeto palco sob rodas, levava cultura da zona sul a baixada fluminense, sair da teoria e entrar na prática. Com a palavra o conselheiro José Marconi, diz que em relação ao patrimônio é o pertencimento, cita que a rua não é da pessoa e pode fazer o que quiser, mostrar para as pessoas que a rua é delas, tem que ter pertencimento. Com a palavra Eduardo Nascimento, agradece a presença do conselheiro André Zambeli, do IRPH, os representantes do Estado, do INEPAC, e parabeniza os membros do conselho pela reunião propositiva de qualidade e de boas ideias, diz que o tema é bastante importante, que o diálogo é importante para o desenvolvimento, Secretária saúda o conselho, parabeniza o conselheiro Cláudio Prado de Mello pela iniciativa pró - ativa, passa a fazer um informe dizendo que a Secretária Nilcemar preparou a minuta de um processo administrativo sobre desenvolver interface entre IRPH e Seconserva sobre os pontos discutidos no dia de hoje, sobre patrimônio, fala que a essência de qualquer questão é a sustentabilidade, o uso do solo é um tema importante e pensa num estatuto de ocupação da cidade, do ponto de vista urbanístico, fala que as regras tem que ser cumpridas pela sociedade, cita o Cais do Valongo como lugar fundamental para a afro descendência da humanidade, não pode ter uso predatório, cada lugar tem que seu espaço para ocupação. Cita a audiência pública sobre a Praça São Salvador, cita uma feira de 70 barracas na praça e diz que não cabe essa quantidade de barracas, tem que pensar a questão do zoneamento, da sustentabilidade do solo, sugere encaminhar um projeto legislativo para criar regras de ocupação da cidade que seja boa para todos e o conselho tem a oportunidade de estar liderando esse projeto, e em relação ao ponto de vista econômico sobre o turismo, cultura, patrimônio e a discussão de uma economia criativa e do ponto de vista sustentável como vetor de desenvolvimento da cidade, e conversando com o técnico do Instituto Pereira Passos que fez um mapeamento da cultura do Rio de Janeiro e o convidou a participar da próxima reunião do conselho, sugere o próximo tema da reunião " Economia da cultura como desenvolvimento da cidade " parabeniza o conselho pelo caminho da discussão e gestão participativa e saúda as outras pessoas que não são conselheiros, mas que vieram participar, pensa em renovar o conselho no próximo ano e o plano nacional de cultura, fazer um movimento de qualificação e que tenha um conselho de referência, um lugar de participação da sociedade. Justifica a falta da presença da Secretária Nilcemar devido a uma viagem internacional a qual está articulando projetos sobre o Museu do Negro, interface pana africana devido a visita do Rei de Gana, registra a presença de outros representantes da secretaria como Alexandre Valadão e Pituka Nirobe e comunica que é a nova gestora do Centro Cultural José Bonifácio. Com a palavra a conselheira da Rio Filme, Dulce Jannotti Nogueira que parabeniza em nome do Presidente Marco Aurelio Marcondes, o conselheiro Claudio Prado sobre o trabalho de patrimônio abandonado enviado a eles, que divide o agradecimento aos conselheiros José Marconi e Olinio Gomes. O Conselheiro Gustavo Guenzburger cita a audiência pública no dia 07/11 sobre cultura. Com a palavra a conselheira Carla Pinheiro, pergunta ao conselheiro Eduardo Nascimento, sobre uma carta que solicita uma vaga no conselho da RioTur e o mesmo informa que está agendando reuniões com os órgãos para alinhar as solicitações. Nada mais havendo a tratar, às 20h, o Vice-Presidente deu por encerrada a reunião e, como Secretária Executiva do Conselho Municipal de Cultura, lavro esta ata, que será assinada por mim e pelos conselheiros presentes.

- Eduardo Nascimento
- Gustavo Guenzburger
- Isabel Gornide
- Teófilo Pereira de Lima
- Dulce Jannotti Nogueira
- Ana Karenina Riehl
- Cláudio Prado de Mello
- José Marconi Marques de Andrade
- Carla Pinheiro Wendling
- Aldo Mussi
- Vera Lucia Mangas da Silva
- Vania Mara da Silva Rodrigues

**FUNDAÇÃO PLANETÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO  
ATA DA 186ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO  
PLANETÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

**1- DATA:** 14 de dezembro de 2017

**HORA:** 11:00h

**LOCAL:** Fundação Planetário da Cidade do Rio de Janeiro – Rua Vice-Governador Rubens Bernardo, 100 – Gávea

**2- PRESENCAS:**

**Membros:** Conselheiros Luiz Edmundo Horta Barbosa da Costa Leite e Mônica Nascimento Magalhães, Membros eleitos pelos servidores da Fundação Planetário, Presidente do Conselho, Sergio Artur Bonelli Caldieri e o Secretário Executivo e Presidente da Fundação Planetário, Nelson Furtado.

**Outros participantes:** astrônomos Alexandre Cherman, Rubens Heizer Villela, Gilson Vieira, Naelton Mendes Araújo, Paulo César Pereira, Luis Guilherme Haun, Leandro Guedes, Wailã de Souza Cruz e Flávia Pedrosa Lima, além da Sra. Maria Carolina Pinto Ribeiro, Diretora de Administração e Finanças.